

GREENERGY BRASIL TRADING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Greenergy Brasil Trading S.A. (“Companhia” ou “Greenergy Brasil”) tem como atividade principal a comercialização de derivados de petróleo, incluindo importação e exportação de tais produtos, a prestação de serviços de consultoria e intermediação de transações comerciais relacionadas à exportação e/ou importação de produtos combustíveis, a organização de serviços de logística para a realização de seu objeto social, a guarda, armazenamento e conservação de produtos próprios e/ou de terceiros.

A sede está estabelecida na Rua Gomes de Carvalho, 1.069 Conj. 181 e 182, CEP 04.547-004 Vila Olímpia - São Paulo/SP. A Companhia foi constituída em 24 de fevereiro de 2010 e iniciou suas atividades operacionais a partir de maio de 2010. A Companhia é controlada pela Greenergy Fuels Limited (“Greenergy Fuels”, empresa do Grupo Brookfield sediada no Reino Unido).

Como a Greenergy é uma trading de combustíveis e o seu principal concorrente no Brasil é a Petrobras, seus resultados e operações dependem muito de ações estratégicas de preços da Petrobras, bem como da variação dos preços dos combustíveis no mercado internacional.

A importação de combustíveis é viável quando a arbitragem é positiva para a Companhia, ou seja, o preço internacional das “commodities” é menor que o preço praticado no mercado local, no caso específico do Brasil, os preços determinados pela Petrobras. Entretanto, durante grande parte do ano de 2023, a Petrobras manteve preços locais mais baixos do que seus equivalentes no mercado internacional, o que resultou em ausência de vendas de combustíveis pela Companhia em 2023.

Conseqüentemente, em função do mercado em que opera, a receita de vendas e margem bruta da Companhia podem flutuar significativamente de um ano para o outro. Houve redução de 100% na receita líquida de vendas de combustíveis em 2023 em relação à 2022, devido aos motivos mencionados acima.

Diante das incertezas do mercado interno, a estratégia da Companhia para gerar resultados positivos para liquidação dos passivos e manutenção das atividades operacionais foi otimizar a logística interna para possibilitar a redução de custos e a prestação de serviços de consultoria e intermediação de transações comerciais relacionadas à exportação e/ou importação de produtos combustíveis comercializados tais como diesel, gasolina, etanol e biocombustíveis para partes relacionadas.

No contexto das incertezas do mercado brasileiro em 2023, a Greenergy Fuels decidiu descontinuar algumas de suas atividades no Brasil. Em resposta a essa mudança estratégica, em 22 de novembro de 2023, a Companhia, Greenergy Fuels Limited e a Ciapetro Distribuidora de Combustíveis Ltda. (“Ciapetro”) celebraram um contrato de compra e venda de ativos e outras avenças.

O contrato, ainda condicionado à conclusão de certas condições precedentes, envolverá a transferência de ativos e posições contratuais detidos pela Greenergy Brasil e, indiretamente, pela Greenergy Fuels Limited, para a Ciapetro. Com essa operação, a Ciapetro assumirá todos os negócios anteriormente desenvolvidos pela Greenergy no Brasil. Isso incluirá contratos com fornecedores de equipamentos, serviços logísticos, colaboradores e proprietários de ativos imobiliários, dentre outros.

A Ciapetro, que faz parte do Grupo Ciapetro, opera no mercado de importação de combustíveis líquidos através dos portos de Paranaguá/PR e Santos/SP. O Grupo também atua na distribuição de combustíveis (diesel, etanol e gasolina) e na operação de terminais logísticos. Com sede em Cianorte/PR, o Grupo distribui combustíveis para postos de bandeira e bandeira branca, transportadoras-revendedoras-retalhistas (TRRs) e grandes consumidores.

Como justificativa para a realização dessa operação, para a Ciapetro, ela representa uma possibilidade de complemento na sua infraestrutura de tancagem e armazenagem, a partir da incorporação de bens e contratos relacionados ao seu core business. Já para o Grupo Greenergy, a operação possibilitará descontinuar determinadas atividades no Brasil, permitindo a realocação de recursos e a concentração de esforços em novos projetos de acordo com as políticas de seu grupo econômico. A Greenergy Brasil continuará sob a gestão da Brookfield.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Entretanto, a Companhia apresentou insuficiência de patrimônio líquido no montante de R\$113.220 (R\$115.638 em 31 de dezembro de 2022) e capital circulante líquido negativo de R\$84.925 em 31 de dezembro de 2023 (R\$82.645 em 31 de dezembro de 2022), e vem apresentando redução significativa no faturamento e consumindo caixa em suas atividades operacionais.

Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, caso nossos acionistas não efetivem aportes de capital e/ou estendam os prazos de pagamento das contas a pagar mantidas com partes relacionadas no passivo circulante.

Como parte substancial dos passivos são com partes relacionadas (vide nota explicativa nº 13), existe flexibilidade nas datas dos pagamentos; ou seja, a Companhia paga as partes relacionadas apenas quando possui caixa disponível. Adicionalmente, como a Companhia faz parte do Grupo Greenergy Fuels Holding Limited (empresa do Grupo Brookfield sediada no Reino Unido), caso necessário, a Companhia poderá contar com o suporte financeiro de seus acionistas controladores.

Os planos da Companhia para gerar resultados positivos futuros para liquidação dos passivos e manutenção das atividades operacionais incluem a liquidação dos valores devidos por meio de aporte de capital através da capitalização de mútuos a serem obtidos com empresas do grupo Greenergy (Greenergy Brazil Holdco Limited), controladas pela Greenergy Group Holdings Limited, vide eventos descritos na nota explicativa nº 25. Essa estratégia visa viabilizar o contrato de compra e venda mencionado anteriormente.

As demonstrações financeiras não incluem nenhum ajuste que possa surgir em função dessa incerteza.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico corresponde ao valor justo das contraprestações pagas em troca das mercadorias e serviços.

2.3. Descrição das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

(b) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondiam aos valores a receber referentes à venda de combustíveis no mercado interno. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, todo o saldo de contas a receber de clientes já havia sido integralmente recebido dentro dos respectivos exercícios, desta forma, não há saldo em aberto de contas a receber de clientes no encerramento dos exercícios.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“impairment”). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para “impairment”, se necessário.

(c) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada usando o método linear usando as taxas descritas na nota explicativa nº 8.

(d) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, onde todos os seus instrumentos financeiros são classificados nesta categoria, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como custo amortizado representado por fornecedores - partes relacionadas. Vide composição na nota explicativa nº 22.

(e) Obrigações a pagar

Os valores a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(f) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos produtos ao cliente ou quando o serviço é efetivamente prestado. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização dos produtos realizada até 2022, ou pela prestação de serviços de intermediação realizados até 2023.

(g) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações cambiais decorrentes de aplicações financeiras, fornecedores em moeda estrangeira e mútuos concedidos.

(h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia, e considera o principal ambiente econômico no qual a Companhia atua.

(i) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Nas datas dos balanços, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem. São consideradas transações em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional da Companhia (real - R\$).

(j) Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(k) Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve necessidade de contabilização de provisões para demandas judiciais e administrativas, pois não há processos com probabilidade de perda provável.

(l) Demais ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(m) Uso de estimativa

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos duvidosos e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(n) Estoques e custo das mercadorias vendidas

Até o ano de 2022, os saldos de estoques eram formados por produtos para revendas e avaliados ao custo médio de aquisição.

O Custo da Mercadoria Vendida era composto pelo valor do produto convertido em reais pela taxa da DI (Declaração de Importação) acrescido das taxas e impostos não recuperáveis (ICMS e CIDE quando incidente). Em casos específicos de aquisição de mercadoria no mercado interno, o custo era equivalente ao total da compra.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Não há novas normas que possam trazer impactos relevantes para a Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco conta movimento	802	54
Aplicações financeiras	<u>10.152</u>	<u>18.585</u>
Total	<u><u>10.954</u></u>	<u><u>18.639</u></u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários - CDB, não possuem restrições de resgates a qualquer momento, são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, e remuneradas a taxas que giram em torno de 92 % da taxa DI em 31 de dezembro de 2023 (90% em 31 de dezembro de 2022).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, todo o saldo de contas a receber de clientes já havia sido integralmente recebido dentro dos respectivos exercícios, desta forma, não há saldo em aberto de contas a receber de clientes no encerramento dos exercícios.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ (IRRF)/CSLL	651	928
PIS a compensar	278	287
COFINS a compensar	1.229	1.286
Outros impostos e taxas a recuperar	41	86
Total	<u>2.199</u>	<u>2.587</u>

7. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas de seguros pagas antecipadamente	41	194
Adiantamentos a empregados	-	25
Total	<u>41</u>	<u>219</u>

8. IMOBILIZADO

	Taxas depreciação	2023			2022		
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10%	92	(72)	20	99	(73)	26
Equipamentos de informática	20%	307	(294)	14	307	(269)	38
Veículos	20%	203	(135)	68	203	(95)	108
Instalações	10%	63	(43)	20	63	(37)	26
Equipamentos de telecomunicações	20%	12	(9)	3	12	(7)	5
Total		<u>677</u>	<u>(553)</u>	<u>124</u>	<u>684</u>	<u>(481)</u>	<u>203</u>

A movimentação do imobilizado é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	203	308
Adições	-	5
Depreciação	(79)	(110)
Saldo final	<u>124</u>	<u>203</u>

9. ATIVO INTANGÍVEL

Ativo intangível

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições em</u> <u>2023</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>
Software - ERP	36	(1)	-	(22)	13
	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Baixas</u>	<u>Adições em</u> <u>2022</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
Software - ERP	56	-	5	(25)	36

10. FORNECEDORES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros fornecedores e prestadores de serviço	419	225
Total	<u>419</u>	<u>225</u>

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras remunerações	-	3
Provisão de bônus a pagar	324	360
Provisão de férias e encargos	948	914
INSS a pagar	275	275
FGTS a pagar	91	90
Total	<u>1.638</u>	<u>1.642</u>

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF a recolher	335	328
Outros	1	27
Total	<u>336</u>	<u>354</u>

13. PARTES RELACIONADAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Ativo</u>		
Partes relacionadas (a)	-	391
Total	<u>-</u>	<u>391</u>
<u>Passivo</u>		
Fornecedores - partes relacionadas (b)	82.415	91.148
Fornecedores - partes relacionadas (passivo não circulante) - reembolso despesas (d)	<u>30.873</u>	<u>33.274</u>
Subtotal	113.288	124.422
“Royalties” a pagar (c)	<u>11.112</u>	<u>11.112</u>
Total do passivo	<u>124.400</u>	<u>135.534</u>
<u>Demonstração do resultado</u>		
Receita de exportação Etanol (e)	-	37.655
Receita de prestação de serviços exportação Gasolina e Ethanol (e)	1.862	391
Custo com a receita de prestação serviço de export. Gasolina e Ethanol (e)	(195)	(266)
Custo com importação de combustíveis (b)	-	(66.883)
Variação cambial, líquida (nota explicativa nº 19)	8.880	(4.500)
Remuneração da Administração (f)	<u>(3.363)</u>	<u>(4.883)</u>
Total	<u>7.184</u>	<u>(38.486)</u>

- (a) Saldo a receber da Greenergy Fuels Limited referente a prestação de serviços de consultoria e intermediação de transações comerciais relacionadas à exportação de produtos combustíveis, o qual foi 100% recebido em 2023.
- (b) Custos e saldo a pagar à Greenergy Fuels Limited referente a importação de combustível.
- (c) Saldo com à Greenergy International Limited (controladora da empresa Greenergy Fuels Limited) referente a “Royalties”. Para tal operação existe registro de ROF junto ao Banco Central e o contrato está averbado no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). Sobre os “Royalties” pagos incidem os seguintes impostos: CIDE (10%), Imposto de Renda Retido na Fonte (15%) e IOF (0,38%).
- (d) Saldo a pagar à Greenergy Fuels Limited referente ao compartilhamento de custos de demurrage, tancagem e taxas portuárias, no valor de US\$6.377.100. Esses custos são decorrentes do mercado fechado nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, onde a Greenergy Brasil não vendeu os produtos para contribuir com os custos e eles foram pagos na sua totalidade pela matriz, mas serão reembolsados pela Companhia. Custo de estocagem: Os produtos da Companhia eram estocados em duas empresas de armazenagem localizadas nos terminais portuários de Santos – SP. Os custos de estocagem destes terminais são contratados e pagos diretamente por partes relacionadas no exterior, com exceção de 2020, quando foi contabilizada uma despesa que será reembolsada pela Companhia à matriz, conforme mencionado acima.
- (e) Receitas com Greenergy Fuels Limited decorrente de exportação de etanol e a prestação de serviço na intermediação de transações comerciais relacionadas à exportação de gasolina.
- (f) A remuneração da Administração é composta por todo encargo salarial da área administrativa e comercial, tais como salário, férias, 13º salário, bônus e gratificações.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Em 2023 a Companhia não possui saldo de arrendamento a pagar. Como o contrato de locação do escritório é de curto prazo (12 meses), não se enquadra nas normas para contabilização de passivo de arrendamento e bens de direito de uso.

15. INSUFICIÊNCIA DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é representado por 799.966 ações no valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

	Ações	Participação - %
Greenergy Fuels Limited	799.965	100%
Nelson Aparecido Ostanello	<u>1</u>	<u>0%</u>
Total	<u>799.966</u>	<u>100%</u>

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E DE SERVIÇOS PRESTADOS

	2023	2022
Revenda de óleo diesel e gasolina	-	85.530
Exportações de álcool	-	37.655
Serviços prestados - partes relacionadas	1.862	391
Impostos incidentes sobre vendas - principalmente PIS/COFINS (*)	(93)	(5.160)
Devoluções de vendas	-	(1.674)
Total	<u>1.769</u>	<u>116.742</u>

(*) Os valores de PIS/COFINS são pagos por pauta; o Governo Federal define um valor fixo a pagar por volume de produto negociado. Ou seja, a despesa não é apurada através de um percentual aplicado sobre o valor da receita. Os valores são pagos por pauta no momento da importação dos produtos e são contabilizados como impostos a recuperar. No momento da venda, o valor da despesa de PIS/COFINS é calculado pelo valor da pauta vigente no momento da venda. O valor do imposto creditado no momento da importação é deduzido do valor a pagar. Adicionalmente, a LC 194/2022 reduziu a 0 (zero) até 31 de dezembro de 2022, os valores das contribuições devidos a título de PIS, COFINS e CIDE sobre: a) gasolina e suas correntes, exceto de aviação, b) gás natural veicular classificado nos códigos 2711.11.00 ou 2711.21.00 da NCM e, c) etanol, inclusive para fins carburantes. A LC 194/2022 entrou em vigor na data de sua publicação, 23 de junho de 2022. Os impostos PIS e COFINS sobre receita de exportação são tributadas a alíquota zero.

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados:		
Custo de importação de combustíveis (vide nota explicativa nº 13)	-	66.883
Demais custos incidentes na importação (a)	-	761
Custo dos serviços prestados	<u>195</u>	<u>266</u>
	195	67.910
Custos de produtos adquiridos no mercado local	-	36.996
Total do custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>195</u>	<u>104.906</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Despesas com pessoal	7.538	7.076
Serviços prestados por terceiros	1.342	1.312
Outras despesas administrativas	<u>1.068</u>	<u>1.054</u>
Total	<u>9.947</u>	<u>9.442</u>

(a) Os demais custos incidentes na importação referem-se a impostos não recuperáveis (Ex.: ICMS e taxas), perdas, seguros, adicional de marinha mercante, taxa Siscomex etc.

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras receitas operacionais	1	105
PIS e COFINS sobre outras receitas	-	(1)
Total	<u>1</u>	<u>104</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Descontos concedidos e outras despesas financeiras	<u>(31)</u>	<u>(11)</u>
Total	<u>(31)</u>	<u>(11)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.644	2.332
Juros ativos e outras receitas financeiras	<u>97</u>	<u>74</u>
Total	<u>1.741</u>	<u>2.406</u>
<u>Variação cambial líquida</u>		
Variação cambial líquida sobre saldos com partes relacionadas	8.880	9.352
Resultado com operações com derivativos de proteção cambial	-	(13.852)
Total	<u>8.880</u>	<u>(4.500)</u>
Resultado financeiro	<u>10.592</u>	<u>(2.105)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação de impostos entre as taxas efetivas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.218	393
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(754)	(134)
Ajustes de diferenças permanentes	2.963	3.666
Outros efeitos, bem como efeito decorrente da não contabilização de ativo fiscal diferido não registrado	<u>(2.209)</u>	<u>(3.532)</u>
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>

O saldo de prejuízos fiscais acumulados em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 133.853. Não foi contabilizado imposto de renda diferido ativo sobre este saldo nem sobre as demais diferenças temporárias devido à incerteza quanto à geração de lucros tributáveis futuros.

21. CONTINGÊNCIAS

A Companhia não possui ações de natureza trabalhista, tributária e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos.

A Companhia possui uma ação de natureza tributária, descrita no parágrafo abaixo, e classificada como “perda possível” no valor total de R\$2.056 em 2023 (R\$17.081 em 2022). Em 2023 a Companhia recebeu decisão favorável que julgou parcialmente procedente a referida ação fiscal, sendo exonerado o valor de R\$16.240, restando em aberto apenas o tema descrito a seguir.

Auto de Infração nº 10880-764.571/2022-85 (0816900.2020.00020): Autos de infração lavrados em decorrência de fiscalização realizada pela Receita Federal do Brasil, relativamente ao ano-calendário de 2017, com intuito de verificar o cumprimento de obrigações tributárias referentes às operações de importação de combustíveis e ao contrato de mútuo firmado entre a Greenergy Brasil e a empresa Greenergy Fuels Limited, na qualidade de pessoas vinculadas e sujeitas aos controles de preços de transferência, nos termos do art. 23 da Lei nº 9.430/1996 e art. 2º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1312/2012. Ao final da fiscalização, foram imputados débitos tributários contra a Greenergy Brasil, visando a cobrança de:

- (i) multa regulamentar, no valor de R\$2.056 em razão da suposta apresentação de Escrituração Contábil Fiscal (ECF) com informações inexatas e inconsistentes. Valor atualizado até 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.366.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia opera com instrumentos financeiros não-derivativos, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores, cujos valores não diferem significativamente dos respectivos valores de mercado. Os saldos a pagar para partes relacionadas foram apurados com base em condições negociadas entre as partes, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

Todos os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados como custo amortizado.

Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros estão demonstrados a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	10.954	18.639
Contas a receber – partes relacionadas	-	391
Passivos ao custo amortizado:		
Fornecedores - partes relacionadas	(113.288)	(124.422)
Fornecedores – terceiros	(419)	(225)
Partes relacionadas - “royalties” a pagar	(11.112)	(11.112)

Gestão de riscos sobre os instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos sobre os seus instrumentos financeiros: riscos de mercado (risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco cambial da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado - risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente ao saldo a pagar a partes relacionadas denominados em USD Americano.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo do passivo em moeda estrangeira é de R\$113.288, a exposição cambial líquida é de R\$113.288. Um aumento de 10% na taxa do câmbio vigente em 31 de dezembro de 2023 geraria uma perda de aproximadamente R\$11.329 para a Companhia.

Risco de mercado - risco de taxa de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que reduzam as receitas financeiras sobre as aplicações financeiras indexadas em CDI.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma exposição ativa ao CDI de R\$10.152, conforme demonstrado na nota explicativa nº 4. Uma redução de 10% na taxa de juros vigente em 31 de dezembro de 2023 geraria uma perda de aproximadamente R\$207 para a Companhia.

Risco de crédito: decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4). Para mitigar esses riscos, a Companhia realiza operações com instituições financeiras aprovadas pela Administração.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações, nos respectivos vencimentos sob condições normais e de estresse.

Como parte substancial dos passivos e das compras de produtos para revenda são com partes relacionadas (vide nota explicativa nº 13), existe flexibilidade nas datas dos pagamentos; ou seja, a Companhia paga as partes relacionadas apenas quando possui caixa disponível. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro de sua controladora e de outras empresas do Grupo para financiar suas atividades e assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir o risco de eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, conforme abaixo:

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais	R\$12.531
Seguro-viagem	R\$15.844
Seguro de responsabilidade para administradores	R\$6.265
Seguro empresarial	R\$3.500
Seguro automóvel	R\$1.000

24. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Ativo fiscal contingente

A Companhia possui um processo de Mandado de Segurança (MS) para assegurar à Greenergy o direito de excluir os valores referentes ao ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como o direito à restituição ou compensação de todo o montante do ICMS a ser expurgado da base do PIS e da COFINS resultante da majoração do valor nos últimos 5 (cinco) anos, a serem apurados em sua totalidade após o trânsito em julgado do MS e ação ordinária a ser posteriormente ajuizada. A tese está pautada no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, de relatoria da Ministra Cármen Lúcia e sob o rito de repercussão geral, que decidiu que o ICMS não se inclui na definição de faturamento, e, portanto, não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS.

Em 22 de fevereiro de 2022, houve decisão favorável à Companhia em julgamento do referido MS pelo Tribunal Regional Federal - TRF-3 (2ª instância). Em 05 de março de 2022, a União manifestou nos autos da apelação decorrente do Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, onde a Procuradoria da Fazenda informou que não apresentaria novos recursos contra o acórdão do TRF-3. Em 09 de maio de 2022, a Companhia recebeu a certificação do trânsito em julgado do MS.

A probabilidade de êxito do mandado de segurança é considerada provável, especialmente ao considerar o rito de repercussão geral mencionado anteriormente. Todavia, para uma análise mais abrangente e precisa do processo, é essencial levar em conta as particularidades do setor de importação de combustíveis, que pode apresentar desafios únicos na interpretação e aplicação das normas tributárias. Em relação aos registros contábeis, até 31 de dezembro de 2022 e de 2023, a Companhia não havia reconhecido nenhum ativo referente a este processo. A principal razão para isso reside nas incertezas relativas ao critério de cálculo e à quantificação do mesmo em uma ação específica. Além disso, é importante destacar que a única orientação emitida até agora pela Receita Federal aborda apenas as empresas que calculam PIS e COFINS com alíquota ad valorem. Em contraste, os importadores de combustíveis são tributados por uma alíquota de PIS/COFINS ad rem (baseada em um valor fixo de imposto por metro cúbico do produto), para a qual ainda não existem diretrizes claras da Receita Federal nem precedentes judiciais relevantes.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Contrato de compra e venda com a Ciapetro

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia, indiretamente por sua controladora Greenergy Fuels, concordou em ceder seus ativos e posições contratuais atualmente em favor da Ciapetro. Em 22 de novembro de 2023, a Companhia, Greenergy Fuels Limited. e a Ciapetro Distribuidora de Combustíveis Ltda. (“Ciapetro”) celebraram um contrato de compra e venda de ativos e outras avenças.

No dia 26 de fevereiro de 2024, foi publicado no CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) o DESPACHO SG Nº 198/2024 – Ato de Concentração nº 08700.000765/2024-40 a aprovação da Ciapetro Trading Comercial Importadora e Exportadora Ltda., Greenergy Brasil Trading S.A., Greenergy Fuels Limited. Este acordo foi posteriormente aprovado pelo CADE, que em 14 de março de 2024 emitiu uma certidão de trânsito em julgado favorável à operação.

O contrato, ainda condicionado à conclusão de certas condições precedentes, envolverá a transferência de ativos e posições contratuais detidos pela Greenergy Brasil e, indiretamente, pela Greenergy Fuels Limited, para a Ciapetro. Com essa operação, a Ciapetro assumirá todos os negócios anteriormente desenvolvidos pela Greenergy no Brasil. Isso incluirá contratos com fornecedores de equipamentos, serviços logísticos, colaboradores e proprietários de ativos imobiliários, dentre outros.

b) Transferência e Subscrição de ações Intercompany

Em 16 de abril de 2024, a controladora Greenergy Fuels Limited (GFL), o sócio Nelson Ostanello e Greenergy Brazil Holdco Limited (Brazil Holdco) formalizaram um acordo de transferência e subscrição intragrupo. Foram transferidas 799.965 ações da Companhia, detidas pela GFL, e 1 ação detida por Nelson Ostanello para a Greenergy Brazil Holdco Limited. Esta operação conferiu à Brazil Holdco a propriedade legal e benefícios plenos sobre as ações com garantia integral de titularidade.

c) Mútuo com a Greenergy Brazil HoldCo

Em 16 de abril de 2024, como parte de uma reorganização global, a Brazil HoldCo aprovou a concessão de um empréstimo de US\$ 26,5 milhões à Companhia, correspondente a cerca de R\$138.330, com conversão para reais e prazo de pagamento de 6 meses. O montante foi recebido em 18 de abril de 2024 e esse empréstimo visa liquidar todos os passivos da Companhia com partes relacionadas.

d) Pagamento de Dívidas Intercompany

Em 16 de abril de 2024, foi aprovado o pagamento das dívidas intercompany com a Greenergy Fuels Limited (GFL), incluindo invoices de importação de combustível e reembolso de tancagem, totalizando US\$ 23,2 milhões (cerca de R\$113.288). Adicionalmente, foi autorizado o pagamento de royalties intercompany com a Greenergy International Limited (GRINT) no valor de US\$ 2 milhões (cerca de R\$11.112). Esses pagamentos foram realizados em 18 de abril de 2024.

e) Aumento de capital

Em 25 de abril de 2024, ocorreu um aumento do capital social da Companhia em R\$138.330, por meio da emissão de 138.330.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 cada. As ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela Greenergy Brazil Holdco Limited (Brazil Holdco), utilizando créditos do contrato de mútuo previamente estabelecido, conforme mencionado acima. Consequentemente, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia foi alterado, elevando o capital social de R\$800, dividido em 799.996 ações, para R\$139.130, agora dividido em 139.129.996 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

f) Processo fiscal

Em 23 de abril de 2024, a Companhia recebeu a carta de circularização revisada do escritório Salusse Marangoni Parente Jabur, detalhando as contingências corporativas, fiscais, trabalhistas, entre outras. Esta carta faz referência específica ao Auto de Infração nº 10880-764.571/2022-85 (0816900.2020.00020). A avaliação anterior da multa regulamentar, classificada como "Possível", foi modificada para "Provável", em resposta à confirmação do débito em primeira instância e à subsequente interposição de recurso voluntário junto ao CARF que ocorreu em 2024. Considerando o conjunto probatório, a ocorrência dos erros que culminaram na imputação de multa pela apresentação da ECF com declaração inexata, incompleta ou omissa e a inexistência de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) sobre a matéria, os advogados entendem que o prognóstico de perda em relação ao débito remanescente foi alterado para provável em 2024. O montante atualizado para abril de 2024 é de R\$2.406.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 25 de abril de 2024.
